



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de assinatura dos decretos que transformam seis Escolas Técnicas em Centros Federais de Formação Tecnológica*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 22 DE MARÇO DE 1999**

*Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel; Senhor Ministro Paulo Renato; Senhores Parlamentares, Senadores e Deputados; líderes, Senhor Secretário de Educação Tecnológica, Rui Bergère; Senhores Diretores de Centros de Educação Tecnológica; Professores; Professoras; Senhoras e Senhores,*

Faz muito pouco tempo, semana passada, participei, junto com o Ministro Paulo Renato, num prédio anexo, aqui, a este Palácio, da avaliação de um programa importante do Ministério da Educação, que é o Fundo de Valorização dos Professores, o Fundef.

Os resultados estão publicados nos jornais, os comentários também. E tive, naquela oportunidade, a possibilidade de expressar minha gratidão pelo esforço que vem sendo feito pelo Ministério da Educação, no sentido da renovação da educação brasileira. E de ver que, além disso, nós estamos introduzindo, na Administração Pública, mecanismos de avaliação.

Naquele dia, tratava-se de avaliar os resultados desse Fundef, que foram bastante positivos. Vimos, através das análises feitas -- algu-

mas delas, por universidades, independentes, portanto, do governo – que houve um grande avanço, em matéria de frequência às aulas, de matrícula nas escolas, melhoria da condição de vida dos professores, de salário, melhoria, também, na questão da formação de carreira do professor. Enfim, uma participação muito mais ativa do professorado, no ensino básico do Brasil.

Nessa mesma semana, tive a oportunidade de ler um trabalho do Doutor Pedro Paulo Popovic, que aqui se encontra, num dos jornais do Brasil, creio que em *O Globo*, a respeito do ensino a distância, onde ele mostrava, também, o grande esforço que está sendo feito, não apenas para distribuir computadores – o que já é uma coisa difícil, são não sei quantos, talvez 100 mil – mas, mais importante que isso, de treinar professores, ter centros de treinamento, de tal forma que esses computadores possam, realmente, alfabetizar, na informática, os brasileiros. E isso nas escolas públicas, para darmos acesso às populações do Brasil ao desenvolvimento tecnológico e àquilo que, hoje, é condição básica para que as pessoas possam progredir na vida, que é uma informação de base mais ampla, em matéria de informática.

Bem, isso tudo mostra que estamos, efetivamente, transformando, criando condições para que a escola brasileira, pública, seja não apenas universal, como está cada vez mais – são 96% das crianças em idade escolar, em escolas – mas que ela seja gratuita, certamente, e que, realmente, seja um instrumento de cidadania. E cidadania, no mundo de hoje, implica não apenas o conhecimento de direitos, mas a aquisição de competências específicas para que as pessoas possam se qualificar e possam obter empregos.

Pois bem, hoje é o passo seguinte, no que diz respeito às escolas técnicas. Quantas vezes se ouviu, no decorrer das décadas, a afirmação de que dispúnhamos, como dispomos, no Brasil, de um sistema de escolas técnicas de bom nível, mas que não estaria cumprindo totalmente a sua função porque, na verdade, em certa medida, as escolas estavam se transformando – sobretudo para as classes médias altas – num instrumento, simplesmente, de passagem dos filhos des-

sas camadas para a universidade. E, como diz o Ministro Paulo Renato, “nada a opor”, mas não é a vocação dessas escolas.

Eu me recordo de que era Ministro da Fazenda e circulou um rumor de que íamos acabar com as escolas técnicas. Pressões imensas. Nunca pensei em acabar com elas, mas esses boatos que, de repente, surgem... E foi naquele momento que comecei a analisar a função da escola técnica, porque muitos professores reclamavam, protestavam contra o desvio da função, etc. e etc. – o que era verdadeiro. São escolas de boa qualificação e de bom nível.

O problema não estava na escola, mas no currículo. Estava no processo de dar continuidade ou não aos estudos ali feitos. E, sobretudo – e o Ministro Paulo Renato mencionou este ponto – em criar condições para que, efetivamente, essas escolas formem técnicos e tecnólogos, já com a formação de nível superior.

Isso vai ser básico, para um país como o Brasil. Básico. Vamos precisar não apenas alfabetizar, ensinar as técnicas modernas de computação, mas vamos precisar formar pessoas com certa capacitação técnica e tecnológica. E essas escolas são o embrião disso.

Claro está que isso estará acoplado com as universidades. Estará acoplado com o aperfeiçoamento dessa formação, em níveis mais complexos de saber, mas esse nível médio e o nível superior, logo acima do médio, são condição fundamental para que possamos ter um desenvolvimento econômico sustentado, para que nós possamos incorporar e desenvolver tecnologias e, portanto, para que o Brasil possa caminhar na sua integração na era contemporânea.

Espero que, dentro de algum tempo, o Ministro Paulo Renato volte aqui – ele vem sempre – e com boas-novas – também sempre vem com boas-novas –, para dizer que também estamos, na universidade, começando a colher os frutos de um trabalho grande que vem sendo desenvolvido, que é o de capacitar as universidades para que tenham autonomia com responsabilidade.

Esse é o passo que nós vamos dar daqui para frente. Na questão da universidade, temos que trabalhar bastante. Houve já alguns avanços importantes no que diz respeito ao provão, porque, de novo, há

a avaliação; critérios novos para julgamento de cursos de graduação e de pós-graduação; um sistema mais seletivo na oferta de bolsas, e a gratificação docente, um melhor encaminhamento da questão salarial dos professores.

Falta, agora, que tenhamos, talvez, que dar mais corpo a tudo isso, através de uma autonomia responsável. Ou seja, as universidades que se dispuserem a fazer um pacto com a sociedade de que elas vão gerir seus recursos, a partir de objetivos definidos, que elas tenham liberdade de contratar do jeito que queiram, de saber quanto vão gastar com o professor, quanto com o material, quanto com edificação, o que seja. O que não se pode é ter um sistema em que autonomia signifique fazer o gasto e o Tesouro pagar, porque, aí, não é autonomia. É irresponsabilidade. Tem que haver autonomia com responsabilidade.

Isso mostra – e por isso me referi a este fato, inclusive à questão de bolsas – que nós estamos, realmente, mudando a questão educacional brasileira de forma muito ampla. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, que tanto custou em termos de tempo, finalmente, aconteceu. E, aí, sempre se rende homenagem ao Darcy Ribeiro. Mas foi um trabalho ingente do Congresso Nacional. Aqui, muitos Deputados e Senadores participaram desse esforço. A partir daquilo, não paramos de mexer na questão educacional brasileira.

Os resultados em políticas públicas, em políticas sociais especialmente, como educação, não são resultados que se possam colher de um momento para o outro, embora no caso do Fundef se tenham obtido resultados muito rapidamente. São resultados que se vão acumulando no decorrer do tempo. Mas, certamente, nós estamos construindo as bases de um Brasil mais sólido em matéria educacional.

E, por sorte também, velhas oposições começam a desaparecer. “Vai privatizar o ensino.” Meu Deus, há que se dar lugar à escola privada. Há que se apoiar a escola privada. Há que se dar bolsa para a escola privada. Mas não se pode deixar de ter a escola pública. Até porque, por falar em privatização de uma universidade pública, eu pergunto: quem poria capital em universidade pública? Só para per-

der, porque, aí, não paga o investimento. E não é para pagar, porque, nesse sentido, não é investimento. É uma obrigação do Estado.

Então, esses são falsos dilemas. Não vamos privatizar coisíssima nenhuma em matéria de educação. Vamos, sim, apoiar a educação no seu todo, com parcerias, com o que seja, seja privada ou seja pública. Mas é dever do Estado, basicamente, oferecer educação de boa qualidade e gratuita para a sua população. É o que, agora, estamos empenhados em fazer.

Quero dizer que esse passo que foi mencionado pelo Ministro Paulo Renato e esses decretos que assinei fazem parte desse programa, que é um programa mais amplo. E esse programa – os que são professores e diretores sabem – vai depender, agora, de muito esforço, de muito trabalho. Mas sou muito confiante e fico mais confiante ao vê-los e ao vê-las empenhados, como nós todos, no processo educativo brasileiro, sabedores que somos todos de que, sem isso, não vai haver progresso econômico que resolva nem a desigualdade, nem a formação de valores cívicos, nem coisa nenhuma, porque, sem uma educação à altura, não é possível, de forma alguma, um país passar do subdesenvolvimento para uma situação de desenvolvimento com estabilidade.

Então, nós estamos aqui muito felizes hoje, por termos dado mais este passo. E já estou, aqui, desafiando o Ministro a dar outros passos na área do Ensino Superior.

Muito obrigado.